

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Um legado para Pacheco

O fim da reeleição é visto pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, como o único ponto que falta para a reforma política. Nos bastidores, Pacheco já conseguiu muitos apoios a essa questão, para entrar em vigor a partir de 2030, acoplado a um mandato de cinco anos para os presidentes da República. Os debates da semana pós-feriado darão o tom.

Missão Impossível

O deputado Júlio Lopes (PP-RJ) percorre a Esplanada em busca de apoio para o que considera prioritário para o país: colocar o CPF como número único de identificação. A lei está em vigor desde 2017, mas até hoje não é cumprida, haja vista a insistência do governo em manter outros números para registro, como por exemplo o do Sistema Único de Saúde, que corre o risco de ter mais de uma inscrição por pessoa. Até aqui, ninguém se mexeu para fazer valer a lei do CPF.

Mirou no que viu...

Vai ferver a história de desvio de emendas parlamentares, objeto de mais uma investigação sobre o deputado Chiquinho Brazão, preso como suspeito de ser um dos mandantes da morte da vereadora Marielle Franco.

...e acertou o que não viu

Há muita gente com receio de que essa investigação de desvio de emendas se espalhe por outros personagens, não só do Rio de Janeiro, mas de outros estados. De tédio, ninguém vai padecer.

Tempo para negociação



O anúncio do presidente Lula de que vetará qualquer cobrança de imposto sobre compras on-line de até US\$ 50 fará com que o setor industrial brasileiro mude a chave no Congresso: já que o governo não aceita taxar esse e-commerce, que ao menos se deem as mesmas condições para os produtos brasileiros, a fim de não permitir que esses importados sufoquem ainda mais a indústria nacional. Só tem um probleminha: a área econômica não quer saber de baixar impostos por aqui e adora taxar essa fatia dos importados, algo que a área política do governo não aceita. Com tantas pontas e impasses, a intenção de alguns líderes é deixar esse tema para depois da eleição. Assim, a discussão ocorrerá sem esse componente sobre a mesa e será possível encontrar um meio-termo, que ajude o empresariado nacional a competir em condições de igualdade com os importados.

» » »

Esse tema terminou por colocar o presidente Lula e o da Câmara, Arthur Lira, em ampos opostos. Lira defende a taxação e diz que é preciso defender a indústria nacional e os empregos que ela gera por aqui. Os importados, que a área política considera desgastante taxar, não geram um emprego em solo nacional. É nessa batida que se dará a negociação daqui para frente.

CURTIDAS

A largada de Isnaldo/ Em um evento da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em Brasília que homenageou autoridades do MDB, o secretário de Transporte do estado do Rio de Janeiro, Washington Reis, aproveitou para lançar o nome do líder da bancada, Isnaldo Bulhões (foto), à Presidência da Câmara. “Será o novo presidente da Câmara. É o nosso candidato e tem tudo para ganhar”, disse Reis.



Roberto Velazquez/Câmara dos Deputados

Por falar em homenagem.../ Isnaldo, o presidente do MDB, Baleia Rossi, e o ministro das Cidades, Jader Filho, receberam títulos de cidadãos do Rio de Janeiro, concedidos pelo deputado estadual Rosenverg Reis. A família Reis homenageou também o deputado federal Gutemberg Reis, irmão de Rosenverg e de Washington Reis. “Quem sabe um dia chegamos ao nível da sua família, ministro Jader”, brincou Rosenverg. Jader Filho tem o pai senador, e o irmão, Helder, governador do Pará.

Ops!/ A respeito da nota publicada na quarta-feira, o líder do Republicanos, Hugo Motta, afirma que defendeu a inclusão do seu conterrâneo Aginaldo Ribeiro (PP-PB) para o grupo de trabalho, o G7, da reforma tributária. “É uma das pessoas que mais conhece desse assunto na Casa e deveria estar no grupo de trabalho. Mas a decisão cabia ao PP”, esclareceu.

Por falar em Aginaldo.../ Dia desses, ao conversar com Arthur Lira, o próprio Aginaldo tentou convencer o presidente da Casa a incluí-lo no G7. A resposta de Lira foi incisiva: “Todos querem, não temos como atender a todo mundo”. Aginaldo não gostou de ficar fora dos grupos de trabalho.

Vale lembrar/ Com as chuvas voltando a alagar Porto Alegre, vale lembrar: o pesadelo ainda não terminou e o país não pode se desmobilizar. É preciso manter a campanha pelas doações, em especial, de material de limpeza, medicamentos e alimentos.

VIOLÊNCIA / Ministros determinam, por unanimidade, que está vedado o artifício de desqualificar o comportamento da mulher a fim de obter atenuantes para o réu em julgamentos de crimes sexuais. Caso de influenciadora motivou ação

STF proíbe revitimização

» RENATO SOUZA

Por unanimidade, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) vedaram a chamada revitimização de mulheres que sofreram violência em julgamentos nos tribunais pelo país. Na prática, fica proibida a estratégia jurídica de desqualificar a vítima para tentar obter sucesso no julgamento.

Reunida em plenário, a Corte julgou uma ação apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) sobre o tema. Um dos casos que motivaram a ação é a situação da influenciadora Mariana Ferrer, que sofreu constrangimento por parte do advogado do réu no caso em que ela figurava como suposta vítima de abuso sexual.

O episódio motivou a criação de uma lei. O juiz do caso, que assistiu às agressões verbais, foi advertido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no ano passado. A maioria dos integrantes do Supremo seguiu o voto da relatora do caso, ministra Cármen Lúcia. “O que se pretende aqui é não permitir que, por interpretações que são dadas aos dispositivos legais, haja alguma abertura para que o próprio Estado-juiz e o Estado que faz a investigação revitimem a mulher”, afirmou a magistrada, em seu voto.

A decisão vale para todos os casos de violência contra a mulher, como agressões punidas pela Lei Maria da Penha, entre outras. Cármen Lúcia destacou que todas as pessoas merecem ter os direitos protegidos, e que à luz da lei, homens e mulheres são iguais.

“Eu continuo tendo que provar que eu não pareço igual; que, para os fins profissionais, de atuação na sociedade, de ter o mesmo reconhecimento, eu sou igual. Somos diferentes fisicamente, fisiologicamente, psiquicamente, mas

o direito de ser igual na dignidade de homens e mulheres há de ser preservado”, declarou.

Cármen Lúcia afirmou que em muitos casos, a mulher, já violentada, sofre novamente ao procurar uma delegacia de polícia ou o Poder Judiciário. Muitas vezes tem a vida pessoal e íntima questionada, para tentar retirar a credibilidade da denúncia. “Atribuem a ela [à mulher] que já teria vida sexual anterior ‘promíscua’ ou o tipo de vestimenta que adotava”, destacou a ministra.

A relatora repudiou a prática de questionar o comportamento da vítima para crimes sexuais. “Essas práticas, que não têm base legal nem constitucional, foram construídas em um discurso que distingue mulheres entre as que ‘merecem e não merecem’ ser estupradas”, disse. “Elas se firmaram como forma de relativizar práticas de violência e tolerância na sociedade aos estupro praticados contra mulheres com comportamentos que fugissem ou destoassem do que era desejado pelo agressor”, continuou.

Seguiram o voto de Cármen Lúcia os ministros Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Edson Fachin, Dias Toffoli, Flávio Dino, André Mendonça, Nunes Marques, Luiz Fux, Gilmar Mendes e o presidente da Corte, Luís Roberto Barroso.

Na ação protocolada em dezembro de 2023, a então procuradora-geral da República, Elizeta Maria, destacou que a mulher que está denunciando um crime, muitas vezes passa a ser vítima de ataques contra a sua honra e moralidade. “Em ambiente que haveria de ser de acolhimento, a mulher vítima de violência passa a ser, ela própria, julgada em sua moral e seu modo de vida, na tentativa de defesa de justificar a conduta do agressor, e sem a reprimenda proporcional pelo Estado”, destacou.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Essas práticas, que não têm base legal nem constitucional, foram construídas em um discurso que distingue mulheres entre as que ‘merecem e não merecem’ ser estupradas”

Cármen Lúcia,
ministra do STF

Câmeras controversas em SP

O novo edital lançado pelo governo de São Paulo para substituir e ampliar o número de câmeras corporais da polícia do Estado prevê que a gravação poderá ser iniciada e finalizada pelo próprio agente localmente. Atualmente, o modelo funciona com gravação ininterrupta.

Especialistas apontam que a brecha pode ter um impacto negativo sobre a qualidade e a eficácia do registro. A Secretaria da Segurança, por sua vez, alega que o edital levou em consideração estudos técnicos, e avaliações apontaram problemas relativos à autonomia da bateria dos equipamentos e da capacidade de armazenamento no cenário da gravação contínua.

O governo paulista pretende adquirir 12 mil novos equipamentos para substituir as 10,1 mil câmeras portáteis em funcionamento atualmente. A aquisição representa uma ampliação do programa em mais de 18%. O programa foi implementado em 2020 na gestão do então governador João Dória (PSDB) e colheu resultados positivos na redução de indicadores de mortes cometidas por policiais em serviço.

Essa tendência de queda se inverteu durante a gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), que acumula altas no último ano.

Em nota, a Secretaria da Segurança Pública justificou a mudança no sistema de filmagem. A

pasta alegou que o novo modelo amplia as funcionalidades em relação ao equipamento anterior. E afirmou haver um controle da ação policial. “Ao despachar uma ocorrência ou ser notificada por uma equipe, o Centro de Operações da PM (Copom) terá condições de verificar se o equipamento foi acionado ou não pelo policial”, informou. Em caso negativo, o dispositivo é acionado remotamente pela central de operações da PM, segundo a secretaria. A pasta afirmou ainda que “o acionamento seguirá rígidas regras estabelecidas pela corporação a fim de garantir a gestão operacional e a eficiência do sistema. O policial que não cumprir o protocolo será responsabilizado”.

Especialistas criticam a mudança. “As avaliações de impacto indicam que, quando você não tem a gravação (das ocorrências) em tempo contínuo, o efeito sobre o uso da força diminui muito”, diz o pesquisador Daniel Edler, no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP). “O que o governo está fazendo é descaracterizar completamente as câmeras. Ele está mantendo o argumento de que vai expandir o projeto, até porque as câmeras têm cerca de 90% de aprovação da sociedade, mas, na verdade, está transformando as câmeras em instrumentos operacionais e acabando com a ideia de ser um instrumento de fiscalização policial”, complementa.